

Aspectos Geográficos da Mensagem Presidencial

A mensagem presidencial apresentada ao Poder Legislativo, em 15 de março de 1947, encarando problemas de maior relevância para a Nação, não poderia deixar de ocupar-se de questões geográficas e afins. Estas, ao contrário, figuram em diferentes partes daquele documento, o que vem confirmar a importância da geografia no plano das realizações governamentais.

De um modo geral encareceu o chefe do Executivo a necessidade de serem postas em prática medidas de largo alcance social e econômico, cuja conveniência transparece da análise das condições atuais do país, feita no preâmbulo da mensagem.

Mereceu a atenção do Governo, em primeiro lugar, a solução do problema imigratório e de colonização, a que se referiu entre outros, nos seguintes termos:

"... nas esferas econômica e social, importa criar o órgão previsto na Constituição, destinado a orientar os serviços de seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes, atendidas as exigências do interesse nacional, para dirigir tais serviços e coordená-los com os de naturalização e de colonização".

Acêrca do relevante problema da transferência da capital da União, comunicou o chefe do Executivo que já estão nomeados e empossados os técnicos que procederão aos estudos preliminares, adiantando que os trabalhos destes estarão concluídos até fins de agosto próximo e que os seus resultados serão encaminhados ao Congresso Nacional, ainda na presente sessão legislativa.

Dêsse modo o Governo confirmou o seu empenho em que tal empreendimento, de tão auspiciosas consequências para o desenvolvimento da nossa pátria, seja convenientemente conduzido ao seu termo, no mais breve tempo possível, vindo assim ao encontro das aspirações de eminentes brasileiros, que, tanto hoje como no passado, têm advogado essa medida de elevado alcance administrativo e geopolítico.

Como está previsto na Constituição, depois de deliberar o Congresso sobre o estudo elaborado pela Comissão dos técnicos, proceder-se-á à delimitação da área e posteriormente efetuar-se-á a transferência. Vemos, pois, que se prognostica para muito breve a realização dêsse magno objetivo e êsse é um motivo

de orgulho para os brasileiros dessa geração, a marcar a administração do governo que tomou a si dar-lhe cabal cumprimento.

No capítulo dedicado à política externa continental, informou sobre o prosseguimento dos trabalhos da construção da estrada de ferro Brasil-Bolívia e sobre os trabalhos prévios da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana, de sondagem do petróleo na fronteira entre os dois países. No plano da política cultural internacional salientou a colaboração prestada pelo Brasil à UNESCO, (Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas) de que resultou a fundação do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, filiado àquela instituição.

Sob o título "Política Social" fez considerações relativas à educação, em que frisou:

"A solução das questões de educação, saúde, previdência e assistência sociais, assim como as de trabalho e povoamento do solo brasileiro, deverão constituir, em seu conjunto, o alvo dos mais decididos e empenhados esforços do Governo.

Ainda neste capítulo, salientou:

"Por fim, faz-se necessário cuidar dedicadamente do melhor povoamento do nosso solo, quer através da redistribuição e fixação da sua atual população, quer mediante o recebimento de imigrantes que se possam integrar vantajosamente na comunhão brasileira, concorrendo com contingente de natureza étnica, econômica, cultural e social para o progresso qualitativo e quantitativo de nossa população".

Nos seguintes tópicos ainda se referiu à educação, especificadamente ao ensino agrícola e ao ensino superior:

"Torna-se imperioso para a economia nacional substituir os velhos métodos rotineiros pelas novas técnicas e pela introdução em larga escala de recursos mecânicos que lhes ampliem a produtividade e melhorem a qualidade e consequentemente o valor econômico da produção.

Não bastará, entretanto, a preparação do meio que, aliás, se completa com o aparelhamento material adequado; urgirá ainda uma

revisão geral do plano de ensino superior, não só no tocante ao aspecto quantitativo, tendo em vista o acréscimo de novos cursos aos poucos existentes, que já não correspondem às necessidades do País, mas também, sob o aspecto qualitativo, adotando programas e sistemas de ensino mais objetivos, associados à prática real e à pesquisa”.

No setor da Saúde Pública, o documento ofereceu um quadro bastante expressivo das nossas atuais condições demógrafa-sanitárias e de seus efeitos sobre a população, apontando os meios de melhorar e ampliar os serviços de assistência médico-sanitária. Destacamos o seguinte trecho:

“No tocante às nossas condições demógrafa-sanitárias e aos recursos médicos preventivos e curativos de que dispõe o País, valem por uma séria advertência, a qual cabe transmitir ao Congresso e ao povo do Brasil, para que meditem sobre a gravidade do problema.

Assim, os resultados do censo de 1940 mostraram que a população brasileira está longe ainda de perder as características com que se apresentava ao início deste século. Crescimento muito rápido, à custa principalmente de uma natalidade altíssima a que se opõe um regime de mortalidade excepcional, — eis, sumariamente, o quadro com que ainda hoje nos defrontamos.

Foi revelado pelo mesmo censo que 42,5% da nossa população é constituída de menores até 14 anos de idade. Dificilmente se encontrará outra nação em que pese sobre os adultos tão elevada proporção de infantes para sustentar. Lamentavelmente, as condições especiais de nossa organização social e de nossa estrutura econômica, a doença e a morte prematura privam a massa adulta ativa da capacidade de assistir convenientemente as proles numerosas, criando, como consequência, entre outros, os problemas da alta mortalidade infantil, da infância abandonada e do baixo nível educativo.

No primeiro ano de vida, morrem em algumas regiões do país cerca de 20% das crianças. Na própria Capital Federal, aproximadamente 16% das crianças não chegam a completar o primeiro ano de existência, taxa essa que é de três a quatro vezes superior às que se verificam nos países mais adiantados em matéria de saúde. Em conjunto, estima-se em cerca de 300 mil o número de crianças bra-

sileiras que morrem anualmente antes de atingir um ano de idade, sacrifício permanente de vidas, cuja razão reside na ignorância, no pauperismo, na saúde precária dos pais e em outros fatores de ordem social e econômica.

Não é somente na infância, contudo, que se observa a mortalidade elevada. Note-se que em certas capitais do Brasil a probabilidade de morrer dos homens de 30 anos de idade é mais de seis vezes superior à que se verifica nos países de alto nível sanitário.

A enunciação desses fatos servirá, certamente, para convencer o Congresso e o Povo de que medidas radicais precisam ser tomadas no sentido de melhorar a nossa situação de saúde.

O povo brasileiro, na árdua luta que há séculos vem travando para desenvolver uma civilização neste país de clima tropical e de recursos difíceis, paga, ainda hoje, pesado tributo à morte, por não ter conseguido dominar as endemias rurais e as moléstias que, de endêmicas nas grandes cidades, passaram a invadir vilas e campos, em ondas epidêmicas.

Em quase todos os municípios do Brasil, excetuada a maior parte do Estado do Rio Grande do Sul, a malária continua a grassar com intensidade, chegando, na capital do Pará, a portiar com a tuberculose na conquista do primeiro lugar entre as causas da morte. Mesmo nas baixadas vizinhas da Capital Federal, o impaludismo ainda é uma das mais importantes causas de morte e de incapacidade para o trabalho.

As verminoses contribuem enormemente para o baixo rendimento do trabalho rural. O tracoma e a boubá assolam ainda vastas áreas de nosso território, constituindo problemas de caráter nacional de alta relevância. A peste bubônica, banida praticamente dos grandes centros portuários e industriais, ainda é endêmica, contudo, em 202 municípios do norte e nordeste.

É verdade que, em contraposição ao quadro desolador em apêço, o Governo, representado no Comitê de Quarentena da Administração de Assistência e Reabilitação das Nações Unidas (UNRRA) reunido em Nova York, em meados do ano findo, conseguiu que, na delimitação das zonas endêmicas da febre amarela silvestre do Brasil fossem excluídas amplas áreas, o que significa estar a referida en-

demia, que tantas vidas roubava no início deste século, praticamente dominada hoje em dia.

Além dos males apontados — que imperam em dilatadas regiões do País e cujo combate, por força da Constituição, em grande parte cabe ao Governo Federal executar diretamente —, outras endemias contribuem para retardar o desenvolvimento econômico e o progresso do País”.

E, em conclusão:

“Em matéria de saúde pública, são deveres da União de acôrdo com o texto constitucional, “legislar sobre a defesa e proteção da saúde” e organizar a “defesa permanente contra os efeitos das endemias rurais”. Assim, a ação federal, no campo da medicina curativa, é primordialmente normativa, cabendo, em primeira linha, aos Estados Unidos e Municípios prestar assistência efetiva às populações. Contudo, cabe à União, estimular, coordenar e mesmo executar obrigatoriamente ou em caráter supletivo, e em harmonia de vistas com os governos das Unidades Federadas, as medidas de ordem médico-sanitária que se fizerem necessárias ao bem estar”.

Outro aspecto importante que reveste o problema da amenização do habitat do homem brasileiro é o representado pelo saneamento dos nossos grandes vales. Não descuro do mesmo o Governo em sua mensagem. Assim é que, a esse respeito, conceituou:

“Por força do interesse pela produção de borracha no hemisfério ocidental e pela extração de minério, os vales do Amazonas e rio Doce tiveram a oportunidade de contar com uma eficiente organização, — o Serviço Especial de Saúde Pública, — a qual, com a cooperação técnica e financeira dos Estados Unidos da América, realizou apreciável tarefa, tanto no campo da educação sanitária, quanto no combate à malária e outras endemias que assolam aquelas áreas.

Presentemente, estão sendo estudados esses problemas regionais de saneamento em face da terminação, em dezembro de 1948, do contrato que mantém os Governos brasileiro e americano sobre o financiamento da citada organização, e tendo em vista as declarações do texto constitucional, que dizem respeito ao desenvolvimento econômico dos vales do Amazonas e do São Francisco”.

Examinando o panorama da economia nacional em função do elemento humano nela implicado, acentuou a influência dos fatores: Colonização e imigração, migrações internas e imigração. Tais problemas são traduzidos nos seguintes termos:

“Correlatos com os problemas do trabalho e fatores de máxima importância na estrutura social do País e na própria formação de sua nacionalidade, apresentam-se os problemas de colonização e imigração.

Salientamos de início as necessidades de povoamento de nosso território. Não basta, porém, formar populações. É indispensável fixá-las e assisti-las convenientemente nas tarefas árduas do desbravamento e das primeiras ocupações, ou da radicação em áreas antes povoadas e hoje desertas.

Outro aspecto digno de consideração é o dos trabalhadores nacionais que, com suas famílias, se transferem, em migrações periódicas, de umas para outras partes do território nacional, especialmente, em períodos de safra. A esses trabalhadores, e a seus dependentes, pretende o Governo emprestar mais detida assistência, amparando-os no curso de seus deslocamentos, na obtenção de colocação, na execução de seus contratos de trabalho e em seu retôrno às regiões de origem.

A solução das questões imigratórias trará consigo, correlatamente, a de dois problemas de largo alcance imediato. Antes de tudo, o recebimento de boas correntes de imigrantes viria concorrer para o povoamento de nosso solo, e a utilização de áreas desabitadas ou improdutivas. Além disso, seria atendida a premente necessidade de prover-se o país de mão-de-obra, cuja falta pesa de modo acentuado na economia de determinadas regiões. Consciente dessa situação, o Governo decidiu levar a cabo uma série de providências no sentido de estimular a vinda de apreciáveis correntes humanas, condicionadas aos nossos interesses econômicos, sociais, políticos e étnicos”.

No tocante à economia agrícola e de recursos alimentícios, e aos problemas correlatos, evidenciou a crise de abastecimentos que atualmente aflige o país procurando elucidar as causas que a determinaram e, bem assim, firmar a melhor maneira de restabelecer-se o equilíbrio entre a produção e o consumo. Da parte em referência extraímos os trechos seguintes:

“Completando as fontes básicas de gêneros alimentícios de origem animal, há o problema da pesca, cujo tratamento tem sido desenvolvido em grande parte, por forma empírica, particularmente no que concerne à pesca marítima. Cumpre, pois, associar a ação dos órgãos oficiais e privados, e suplementá-los, até que se obtenha racionalização integral, desde os estudos hidrográficos e biológicos até a execução propriamente da pesca, a distribuição posterior do pescado e o estabelecimento de indústrias de produtos derivados.

Um primeiro aspecto da questão agrária foi-nos fornecido pelo último censo, através do qual se verificou o alto índice de concentração da propriedade rural do Brasil.

Esse aspecto primeiro da estrutura social agrícola traduz a evolução histórica do sistema de utilização da terra adotado na colonização do Brasil, do qual decorre a situação de milhões de brasileiros das zonas rurais submetidos a um processo secular de atrofiamento de suas capacidades físicas e intelectuais, vegetando sem estímulo, sem saúde, sem instrução e morando em terras alheias cujo valor especulativo as coloca inteiramente fora de possibilidades de aquisição. Por outro lado a alta concentração da propriedade agrícola explica, outrossim, o baixo salário do trabalhador rural, a má utilização da terra no Brasil, o atraso da mecanização agrícola, o espantoso desperdício das energias humanas, a não-fixação do homem à terra, a mesquinhez do nosso mercado interno, o deslocamento demográfico para as cidades, a diminuta densidade de tráfego das nossas estradas de ferro e a impressionante degradação dos solos agrícolas. As linhas fundamentais dessa reforma agrária estão expressas na Constituição Federal e podem ser realizadas através das providências que se seguem: facilidades de utilização de áreas suficientes para a lavoura ou criação, e habitação higiénica àqueles que desejem dedicar-se às atividades rurais, de forma a fixar à terra o homem do campo, mediante um programa de colonização racional; vigência ao preceito constitucional que erige o trabalho em dever social, aplicando-o no aproveitamento econômico do solo, que não deve ser deixado sem cultivo; revisão da legislação sobre arrendamento de terras, de modo a serem dadas amplas garantias ao arrendatário para a

venda e colocação dos produtos do seu trabalho; transformação da contribuição de melhoria mediante adequada regulamentação, num instrumento eficaz para o financiamento de obras públicas de vulto, que visem à recuperação e utilização de terras inaproveitadas por motivo de secas, inundações, endemias, etc.; transformação da tributação territorial num instrumento eficaz para a utilização racional das terras e para combater a concentração da propriedade rural; estabelecimento em bases sólidas do crédito agrícola especializado para o financiamento, a juros módicos, da pequena exploração agrícola e pecuária; encorajamento e estímulo à instalação de cooperativas de agricultores e criadores. Sem prejuízo de cuidadosos estudos que deverão servir de base à mais profunda reestruturação da economia agrária, de acôrdo, aliás, com o preceituado pela Constituição, está o Governo elaborando o “Código Rural” — de longa data reclamado — e no qual será dado tratamento jurídico adequado à trama de relações que se estabelecem no campo. O anteprojeto, já terminado, está sendo revisto para ser oportunamente submetido ao Congresso Nacional.

Elemento de mais alta relevância para a economia rural do País, terá o Código de atender às peculiaridades regionais, usos, costumes e tradições do meio rural. É necessário, ainda, dar-lhe feição progressista, dentro da diretriz do parcelamento das grandes glebas inaproveitadas ou devolutas, em propriedades passíveis de exploração lucrativa.

Reconhece o Governo, no entanto, que não é bastante dividir as grandes glebas inaproveitadas. Urge também reerguer e valorizar o trabalhador nacional, mediante instalação de Colônias Agrícolas, tendo em vista a fixação ao homem à terra, pela venda a trabalhadores rurais brasileiros, a longo prazo, de lotes cujo aproveitamento será feito mediante assistência e orientação técnica. Tais trabalhos foram intensificados em 1946 à conta de créditos no valor de 16 milhões e 500 mil cruzeiros, concedidos para esse fim. Nelas já se encontram localizadas 5 197 famílias, com um total de 25 735 pessoas. Serão acelerados os trabalhos de loteamento, abertura de estradas e construção de casas nessas colônias, cujo programa prevê uma absorção de 80 mil famílias com um total de 400 mil pessoas. É pensamento do

Governo instalar nas Colônias Agrícolas, indústrias rurais, para serem exploradas pelos próprios colonos, em moldes cooperativistas.

Especial atenção vem sendo dedicada ao problema de colonização da Baixada Fluminense, para o conveniente aproveitamento da grande extensão de terra recuperada pelas obras de saneamento. Para a ampliação dos Núcleos Coloniais nela situados, foi solicitado ao Congresso Nacional o crédito especial de 3 milhões de cruzeiros, destinado ao pagamento de desapropriações e indenizações de benfeitorias das terras necessárias.

Ainda com relação à colonização da Baixada Fluminense, foi elaborado um plano de longa duração, abrangendo uma área de 720 mil hectares, que totalizará 60 mil lotes capazes de absorver 300 mil pessoas. A execução desse plano, que exigirá grande inversão de recursos, será um dos fatores mais eficientes para a solução do problema do abastecimento do Distrito Federal. Posteriormente, será recuperada a despesa, mediante venda de lotes.

Torna-se necessário, porém, aprovar uma legislação especial que permita ao Governo a prévia e rápida desapropriação, para fins de colonização das terras em que sejam invertidos recursos na realização de grandes obras de saneamento, irrigação e recuperação.

Outra preocupação do Governo é levar assistência direta aos agricultores, colocando ao seu alcance os benefícios com que a administração pública lhes tem acenado à distância. Essa assistência direta, iniciada com a transferência do maior número possível de técnicos para o interior, culminará com a instalação de postos agropecuários. Aliás na Conferência dos Secretários de Agricultura, realizada nesta Capital, em novembro do ano findo, foram estabelecidas as bases indispensáveis para estreita cooperação entre a União e os Estados, no sentido de conjugar esforços e recursos para a prestação de assistência efetiva e orientação adequada aos produtores.

Atendendo a que o problema da mão-de-obra agrícola reclama providências urgentes capazes de contrabalançar o êxodo rural, empenha-se o Governo em intensificar a mecanização, multiplicando o rendimento do trabalho individual, o que compensará o afluxo da população do campo para a cidade e o desvio dos braços da lavoura.

Dentro desse propósito, deu o Governo início a um programa, pelo qual foram adquiridos nos Estados Unidos, através da Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil, mais de 40 milhões de cruzeiros, de tratores e máquinas agrícolas. A quinta parte desse total será utilizada para a formação de conjuntos motorizados destinados à serventia de pequenos proprietários e sitiantes, para cujo pagamento foi aberto o necessário crédito especial, sendo as máquinas restantes revendidas a agricultores pelo preço do custo.

Além disso, em face da grande procura de tratores no mercado interno, cogita o Governo de fundar, no Brasil, a indústria de tratores e máquinas agrícolas, já tendo sido concedidos pelo Congresso os recursos orçamentários iniciais, para esse fim.

Preparando o homem rural brasileiro para uma transformação nos seus métodos tradicionais de trabalho, promove o Governo a instalação de 80 centros de treinamento, com os cursos de trabalhadores agrícolas, tratoristas, mecânico-agrícola, enfermagem veterinária e economia rural doméstica".

A parte final do documento referiu-se: 1.º aos transportes compreendidos nos três setores básicos, como sejam: ferroviário, rodoviário e marítimo. Depois de fazer uma análise da situação material e técnica em que se encontram os sistemas de transporte nacionais, concluiu pela adoção de medidas tendentes ao reparcelamento e reorganização daqueles sistemas, por um lado, e pela sua consolidação econômica, de modo a evitar os *deficits* ou o encarecimento das tarifas, por outro. Examinou cada um dos ramos de transporte em particular, apontando as suas necessidades atuais e expondo os planos apropriados para atender às mesmas; 2.º *energia elétrica*. Neste ponto a mensagem abordou o importante problema de aproveitamento das energias hidráulicas. Mencionou os estudos recentemente ultimados sobre a eletrificação e as medidas aconselhadas para melhor prover o país de fontes de energia indispensáveis à indústria. O plano de eletrificação se orientará pelos princípios nacionalizadores como convém a tão importante fator de desenvolvimento e defesa nacionais; 3.º *carvão e petróleo*. A exploração do carvão e do petróleo mereceu também as atenções do chefe do Executivo. Estudou aqui os meios de fomentar a produção do carvão nacional e alargar a sua base de produção de modo a melhor poder suprir as necessidades internas

dêsse combustível. Fêz um relato do estado atual em que se encontra a exploração do petróleo brasileiro e mostrou as perspectivas que ora se descobrem para aumentar o volume da produção daquele combustível. Outrossim, os aspectos técnico e comercial do petróleo foram examinados; 4.º) *política mineral*. Sobre esse ponto o documento frisou o novo aspecto jurídico dado ao problema das extrações minerais pela atual Constituição, o que vem reformar as prescrições existentes sobre a matéria e alterar a esfera de intervenção do governo nesse domínio. A indústria de extração e o comércio internacional dos produtos minerais fazem o objeto de importantes considerações; 5.º) *indústrias extrativas vegetais*: Focalizou aqui, especialmente, a situação geral em que se encontram as indústrias extrativas da borracha e das madeiras e os problemas correlatos. Fixou a política do governo em face dêsse importante setor da economia nacional, e, particularmente, evidenciou o desejo da atual administração de empreender uma mais firme política de reflorestamento. 6.º) *side-urgência*. Objetivou as atividades no campo da indústria pesada que vem sendo introduzida no país. Referiu-se principalmente a Volta Redonda, apresentando dados relativos ao seu funcionamento e instalações.

Na parte final da sua Mensagem, que transcrevemos abaixo, o Governo ressaltou os trabalhos da documentação estatística, geográfica e censitária, aludindo aos progressos alcançados neste setor:

“Se no âmbito da documentação administrativa isso está longe de ser conseguido, quer pela falta de funcionamento, em sistema, dos órgãos atuais, quer pela incompreensão do sentido dinâmico e influente dessa atividade, grandes progressos têm sido feitos, — é justo assinalar — no domínio da documentação estatística. Encontra-se em franco desenvolvimento um sistema em cujo extremo superior está um órgão normativo e executivo, de supervisão e coordenação; no extremo oposto, uma rede de 1 669 agências municipais, a que, de futuro, se acrescerão cerca de 5 000 sub-agências para os Distritos. Esse conjunto, cujas atividades regionais são custeadas pela “Caixa Nacional”, instituída com os recursos do

“Sêlo de Estatística”, tem obtido apreciáveis resultados em seus trabalhos: devem ressaltar os dos campos social e econômico, onde, graças aos elementos coletados, se tem hoje noção muito mais precisa da realidade brasileira. Além dos efeitos diretos de suas atividades, outros, indiretos, decorrem da ação exercida por meio de Convênios de âmbito nacional junto aos organismos municipais, cujos problemas básicos são postos em relêvo, sob assistência técnica e unidade de vistas de fundo nacional.

Ao sistema em aprêço dois outros se associam: um, de caráter permanente, relativo à documentação geográfica; outro, de natureza intermitente, o da documentação censitária.

O primeiro vem fazendo, sistematicamente, o levantamento geral da Carta do País segundo prioridade exigida pela economia e defesa nacionais. A trabalho semelhante mas restrito ao âmbito militar, dedica-se, aliás, o serviço competente do Exército, o qual, para levar avante, com a intensidade necessária, as atividades a seu cargo, precisa ser convenientemente equipado.

Quanto ao censo periódico, traduz-se em planos decenais de preparo, coleta e apuração de dados, nos campos demográfico, social, agrícola, comercial, de transportes, de comunicações e de serviços pessoais e coletivos.

Os sistemas especializados referidos, isto é, de documentação estatística, geográfica e censitária, precisam ser cada vez mais aperfeiçoados e incrementados, em vista do papel relevante que exercem na vida de relação do aparelho administrativo. Os censos periódicos, em particular, deverão ser planejados, ainda, tendo em vista uma apuração suficientemente rápida, para que não percam atualidade os elementos recolhidos.

Se lhe fôr possível realizar o programa previsto para as atividades de administração geral, incluídos os diferentes meios informativos e documentários, terá o Governo cumprido, neste importante setor da vida nacional, os compromissos que assumiu com o povo brasileiro”.